



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-CAMPUS VII**  
**SENHOR DO BONFIM-BAHIA**

**ANDERSON ANDRADE NOUGUEIRA**

**A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NA GESTÃO  
DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE ITIÚBA**

**SENHOR DO BONFIM**

**2012**

**ANDERSON ANDRADE NOIGUEIRA**

**A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NA GESTÃO  
DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE ITIÚBA**

Trabalho monográfico apresentado à Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus VII, Senhor do Bonfim-Bahia, Colegiado de Ciências Contábeis, como requisito avaliativo, da disciplina TCC(Trabalho de Conclusão de Curso).

Profa. Orientadora: Fátima Frazão

**SENHOR DO BONFIM**

**2012**

## DEDICATÓRIA

À Deus, pela vida repleta de amor, saúde,  
família e amigos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por sempre iluminar meus caminhos e por fazer com que mais esse sonho se realize.

A minha esposa Luciana Ferreira Ventura.

A prefeita Cecília Petrina de Carvalho pelo o incentivo para voltar a estudar.

Aos meus amigos, professores, colaboradores e em especial a minha orientadora pela paciência, apoio e colaboração.

A minha família que é base da minha vida, sinônimo de amor, compreensão e dedicação.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Classificação das Micro e pequenas Empresas segundo o número de empregados	14
Quadro 2	Características básicas das contabilidades Financeira e Gerencial.	29
Quadro 3	Evolução e mudanças na contabilidade gerencial.	30
Quadro 4	Características da Informação	32

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Fórum permanente das Micro e Pequenas empresas.	15
Gráfico 2	Responsável pela gestão da empresa	41
Gráfico 3	Tempo de atuação da Empresa no Mercado	42
Gráfico 4	Conhecimento da Utilização da Contabilidade	43
Gráfico 5	Serviços Oferecidos às Empresas	43
Gráfico 6	Conhece os Benefícios da Contabilidade Gerencial	44
Gráfico 7	Administração da Empresa com a Contabilidade Gerencial	44
Gráfico 8	Frequência das Informações Gerenciais	45
Gráfico 9	Base para Tomada de Decisão	46
Gráfico 10	Contabilidade Gerencial e a Tomada de Decisão	46

## RESUMO

Este trabalho aborda a contabilidade gerencial como ferramenta que pode auxiliar na tomada de decisão nas micro e pequenas empresas, objetivando destacar a importância da contabilidade gerencial como instrumento de gestão das micro e pequenas empresas, bem como, para a tomada de decisão destas. Ressalta a relevância dos indicadores de atividade como parâmetros para o controle das empresas, atuando com fonte de dados para a tomada de decisões, contribuindo para a sobrevivência das. Baseia-se em revisão literária acerca do tema, fundamentado em diversos autores, entre eles: Beuren (2006), Crepald (2004), Bateman (1998), Franco (2004), Lakatos (2002, 2004, e 2006), Lidícibus (2000, 2002), Padoveze (2004, 2005, 2007 e 2010), bem como em pesquisa de campo desenvolvida no setor de comércio varejista da cidade de Iltiúba/BA, cuja metodologia foi a aplicação de questionários semiabertos aplicados a trinta micro e pequenos empresários. Após análise dos dados, conclui-se que a utilização das informações contábeis para a tomada de decisão no setor pesquisado, é quase inexistente, confirmando uma tendência verificada em muitos outros trabalhos do uso da contabilidade apenas para fins fiscais e tributários, o que indica um campo de atuação bastante interessante para os profissionais contabilistas.

**Palavras-chave:** Contabilidade gerencial. Micro e pequena empresa. Tomada de decisão.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>1. EVOLUÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS</b>	10
1.1 SURGIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	11
1.2 MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS	12
1.3 FALÊNCIA PRECOCE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	16
1.4 LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	18
1.4.1 HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	19
<b>2. DOS PRIMÓRDIOS AOS DIAS ATUAIS... UM POUCO SOBRE A CONTABILIDADE</b>	21
2.1 HISTÓRICO DA CONTABILIDADE	21
2.2. EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE BRASILEIRA	23
<b>3. A RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE NA GESTÃO EMPRESARIAL</b>	26
3.1 A CONTABILIDADE NA GESTÃO EMPRESARIAL	26
3.2 EVOLUÇÃO E DEFINIÇÃO NA CONTABILIDADE GERENCIAL	27
3.3 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL GERENCIAL	31
3.5 BENEFÍCIOS DA CONTABILIDADE GERENCIAL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	35
<b>4. METODOLOGIA</b>	37
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	37
4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	38
4.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	39
4.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	39
4.5 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS	41
4.5.1 Resultados	41
4.5.1.1 Responsável pela gestão da empresa	41
4.5.1.2 Tempo de atuação da Empresa no Mercado	42
4.5.1.3 Conhecimento da Utilização da Contabilidade	42
4.5.1.4 Serviços Oferecidos às Empresas	43
4.5.1.5 Benefícios da Contabilidade Gerencial	43
4.5.1.6 Administração da Empresa com a Contabilidade Gerencial	44
4.5.1.7 Frequência das Informações Gerenciais	44
4.5.1.8 Base para Tomada de Decisão	45
4.5.1.9 Contabilidade Gerencial e a Tomada de Decisão	46
<b>5. CONCLUSÃO</b>	48
<b>REFERÊNCIAS</b>	50
<b>ANEXOS</b>	55

## INTRODUÇÃO

Apresentamos no Primeiro Capítulo deste trabalho, uma análise conceitual onde se listam as definições de empresa, empresa pequeno porte e microempresa, os conceitos de contabilidade e de contabilidade gerencial. O Capítulo seguinte (Segundo Capítulo), apresenta um breve panorama da história e da evolução da Contabilidade desde os seus primórdios até à atualidade. O terceiro capítulo traz a relevância da contabilidade na gestão empresarial, sua definição e importância, bem como os benefícios da Contabilidade Gerencial nas Micro e Pequenas Empresas. No Capítulo Quatro são apresentados os procedimentos usados na elaboração dessa pesquisa, definindo o método utilizado, o tipo de pesquisa, como também mostra os resultados alcançados com essa pesquisa. Finalizando tecemos algumas considerações à guisa de conclusão

Atualmente, a maioria dos negócios que funcionam no Brasil é formada de micro e pequenas empresas e, portanto, altamente relevantes na economia do país, produzindo empregos e renda, dando contribuição de forma significativa para a elevação do PIB (produto interno bruto) do país.

Contudo, atualmente, um dos fatores objeto de inúmeros estudos é o fato de as micro e pequenas empresas não possuírem um sistema de gestão eficiente, levando-as quase sempre a encerrarem suas atividades nos anos iniciais de vida. Diversas vezes, por não conhecerem ou por não serem assessorados por contadores, os micro e pequenos empresários não se beneficiam das informações geradas pela contabilidade que poderiam ser bastante úteis na gestão dos negócios. Geralmente decidem se baseando somente na experiência que creem ter e na maioria das vezes os resultados são aquém do esperado.

Para que sejam tomadas decisões com segurança a contabilidade deve exercer sua função primordial que é a de fornecer informações seguras. As ferramentas de gestão são representadas pelas informações e dados que são fornecidos através da contabilidade e que servirão de suporte para que consecutivamente sejam tomadas as decisões e, têm a obrigação de fazer parte da rotina empresarial, isto é, devem apoiar todas as etapas da vida da empresa.

A grande maioria desses controles contábeis são de fácil elaboração, e são de aplicação na gerência de micro e pequenos empreendimentos, podendo ser utilizados na prática do comércio varejista de pequeno porte sem maiores

dificuldades, bastando para tanto, haver interesse e um mínimo de conhecimento por parte do gestor em recorrer à assessoria contábil para se orientar.

Diante do exposto, origina-se o problema que orienta esse trabalho: qual o entendimento dos gestores das micro e pequenas empresas sobre as informações contábeis como mecanismos de tomada de decisão?

Diante do problema apresentado, com o fim de direcionar a busca por respostas, levantam-se as seguintes hipóteses: Os micro e pequenos empresários encontram dificuldade no gerenciamento de seus negócios, por falta de conhecimento ou acesso aos instrumentos de Controladoria; a ausência de assessoria contábil é uma realidade vivenciada pela maioria dos negócios nessas categorias empresariais e a assessoria contábil às micro e pequenas empresas, na maiorias das vezes limita-se às atividades fiscais e tributárias.

Esta pesquisa tem como objetivo a descrição dos diversos conceitos de micro e pequenas empresas, descrevendo a contabilidade como ferramenta indispensável à gerência das empresas, independente do seu porte, mostrando a importância do seu uso pela micro e pequena empresa.

Além disso, conceituar micro e pequenas empresas, em seus diversos aspectos; fazer a descrição da contabilidade gerencial e de sua utilidade nas empresas em geral; reconhecer os exemplos de controles gerenciais que poderão ser aplicados nas micro e pequenas empresas e identificar as vantagens da utilização da contabilidade pelas organizações de pequeno porte.

A importância deste trabalho está em demonstrar como as microempresas e empresas de pequeno porte podem se beneficiar do serviço da contabilidade gerencial. Os gestores podem ser auxiliados na administração de suas empresas pela contabilidade, que tem como função principal produzir e fornecer informações tornando-se uma ferramenta de grande valia. Entretanto, esses recursos não são conhecidos pela grande maioria dos micro empresários que se baseiam em experiências próprias para a tomada de decisões, enquanto grande parte dos contadores, por sua vez, cumprem apenas as obrigações fiscais relacionadas às organizações não incluindo em suas atividades o tão necessário assessoramento gerencial contábil às organizações que é a essencial finalidade da contabilidade.

## 1. EVOLUÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Ao se pensar em negócios, sem demora surge a ideia de empresa, contudo, deve-se ter em mente o significado do termo “empresa”. Que conceito pode ser atribuído a esse vocábulo. Vários autores apontam os mais diversos conceitos para definir essa palavra, Entretanto, o mais convencional talvez seja o de que:

Empresa é a unidade econômica organizada, que combinando capital e trabalho, produz ou faz circular bens ou presta serviços com finalidade de lucro. Adquire personalidade jurídica pela inscrição de seus atos constitutivos nos órgãos de registro próprio, adquirindo dessa forma capacidade jurídica para assumir direitos e obrigações. A empresa deve ter sua sede, ou seja, deve um domicílio, local onde exercerá seus direitos e responderá por suas obrigações (FABRETTI, 2011, p.36).

Sendo a empresa uma unidade econômica que tem como fim o lucro, e para tanto, se faz necessário o uso de instrumentos que melhorem suas chances de sucesso na obtenção do lucro esperado, isto é: o retorno do investimento, ou pelo menos a redução dos possíveis fracassos, e/ou os riscos de equívoco nas tomadas de decisões de modo a ter garantida a sua continuidade.

À adoção de estratégias é indispensável, isto é, um conjunto de ações articuladas para que as decisões sejam tomadas com segurança e motivem o gestor alcançar os objetivos preestabelecidos.

As empresas são auxiliadas por certos recursos para que alcance seus objetivos, segundo Fabretti (2011, p. 36):

A empresa contrata força de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, combinando capital e trabalho e adotando tecnologia e métodos de administração eficientes, organiza sua atividade econômica, objetivando a produção ou circulação de bens ou a prestação de serviços, visando obter lucro que lhe permita desenvolver-se e remunerar adequadamente o capital nela investido.

Neste sentido, a empresa aparece como o modo estruturado, organizado e gerido com a finalidade de atingir um determinado resultado, e isto sucede através da combinação dos diferentes que integram o processo.

De acordo com Padoveze (2010, p.3), "as empresas nascem a partir de investimentos nas operações necessárias para vender os produtos e serviços escolhidos". Segundo este novo olhar, para que existam os recursos essenciais para que a empresa se desenvolva, precisa ser realizado investimentos que irão servir

como parâmetros iniciais da etapa financeira da empresa.

De acordo com Padoveze (2010, p.3), "a finalidade da empresa é criar valor para seu proprietário". Este numerário é o ganho esperado por aquele que está investindo, ou ainda o valor do risco que este passa a correr quando investe seu dinheiro em certo negócio.

## 1.1 SURGIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

De acordo com Soifer (2002, p. 41), toda pessoa que possui ou tem intenção de possuir uma empresa, sem restrição ao seu porte, deve conhecer um pouco da evolução humana no mundo dos negócios. Iniciou-se há 4.000 anos com uma figura que dominava uma profissão, buscava satisfazer as necessidades, atender as demandas e ganhava dinheiro: o artesão. No começo não havia energia elétrica, então eles surgiram nos campos próximos aos córregos, florestas e matérias-primas. As limitações de comunicação e transportes retardaram o crescimento dos primeiros negócios.

A Revolução Industrial ofereceu a transferência de pessoas e mercadorias a grandes distâncias, e com o aparecimento dos trens e ferrovias, os artesãos passaram a receber o material de longe. Alguns nobres que contavam com abundante matéria-prima na propriedade investiram em indústrias. Com o passar dos anos, os que conseguiram alcançar o crescimento se tornaram empresários de macro empresas, e que devido à qualidade, ao preço e ao atendimento, acabavam comprando produtos de necessidade para sua indústria dos microempresários que viviam na região.

Hoje, nota-se que "as empresas cresceram e se tornaram mais complexas devido ao seu crescimento, aperfeiçoamentos menores em táticas administrativas produziram aumentos avassaladores na quantidade e qualidade da produção" (BATEMAN e SNELL, 1998, p.48).

O aparecimento das economias de escala, que é diminuição do valor médio de uma unidade de produção à proporção que o volume total se eleva, conduziu os administradores a lutarem por mais desenvolvimento. As oportunidades para a produção em massa criadas pela Revolução Industrial produziram uma reflexão intensa de problemas e questões administrativas, em particular eficiência, processos de produção e redução de custo.

Desta forma, as grandes indústrias, longe do consumidor, passaram a procurar, treinar e dar apoio a oficinas autorizadas próximas dos consumidores para que existissem agentes locais para instalação e manutenção dos produtos vendidos. Assim, as pequenas oficinas dominaram de tal maneira a utilização e a manutenção dos produtos, que por fim tomaram a iniciativa de suas próprias atividades concorrendo no mercado existente.

Soifer (2002, p. 25) descreve que “muitos acabaram por fundar sua própria fábrica, incorporando aperfeiçoamentos e se tornando sérios concorrentes em sua região”. Com o passar do tempo, a função do pequeno empresário industrial foi alcançando cada vez mais espaço no mercado, principalmente na terceirização.

A criação do hábito do industrializado surgiu da progressiva massificação através da mídia de produtos industrializados em substituição do artesanato local, principalmente na indústria de alimentos, de vestuário e sandálias, e houve espaço ainda para pequenas indústrias próximas de mercados emergentes. O pequeno empresário começou a procurar apoio de especialistas, perseguir a qualidade e a produtividade, buscar atualização em feiras de empreendedores, procurar conhecimentos e fornecedores.

Com isso, o pequeno comerciante conseguiu conquistar o seu espaço no mercado de trabalho, e está a cada crescendo e mostrando a flexibilidade que os clientes procuram na hora de fazer as suas compras.

## 1.2 MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS

Existem inúmeras definições das Micro e Pequenas Empresas (MPE`s). Notam-se diferentes definições baseadas nas receitas, no capital, na quantidade de empregados entre outros, considerados de maneira isolada ou em conjunto.

De acordo com Raza (2006, p.32):

Especificar um padrão de tamanho para definir pequenas empresas é algo necessariamente complexo e arbitrário, pois instituições, associações e pesquisadores adotam critérios diferentes para propósitos diferentes. Ainda há a considerar que alguns critérios podem ser aplicáveis a todas as áreas industriais, enquanto outros são relevantes apenas para certo tipo de negócios

De acordo com Chér (1991, p.17), "existem muitos parâmetros para definir as pequenas e médias empresas, muitas vezes dentro de um mesmo país, como no Brasil". Isto demonstra que seja qual for o conceito que se possua sobre micro e

pequenas empresas jamais se tornará algo absoluto, porém somente limitado a pontos de vista precisos, ou órgãos aos quais esses conceitos estão vinculados.

Segundo o SEBRAE (2010), nos últimos anos, devido a vários fatores, no Brasil há uma profusão de novos empreendimentos, a cada ano são abertas por volta de 460 mil novas empresas. A maioria delas é de Micro e Pequenas Empresas, sendo as áreas de serviços e comércio as que mais se destacam nessas categorias. Cerca de 80% das MPEs trabalham nesses setores.

Nunca foi visto tamanho crescimento de micro e pequenas empresas no Brasil e nunca foram tão relevantes na economia. As MPE`s seguem em varias direções pelo Brasil, sendo 30,7% do segmento em São Paulo, 11,6% em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul com 10,7% segundo SEBRAE (2010).

É inquestionável a importância dos micros e pequenos empreendimentos para o desenvolvimento econômico do país. Existem por volta de 5,4 milhões de MPE`s, elevando o país à mais elevada categoria dos mais empreendedores do mundo, empregando cerca de 60% das pessoas economicamente ativas do país. (ALVIM, 2006, p. 25),

Para Kassai (1997, p. 20), maior do que as discussões quanto ao papel que deve ser desempenhado pelas empresas de pequeno porte na economia é a indefinição do que seja exatamente a uma pequenas empresas.

Uma das características principais desta modalidade de negocio é que o modelo estratégico, em geral, é organizado pelo seu proprietário. Por este motivo, em sua grande maioria, são empresas em que na sua constituição são formadas por diversos membros de uma mesma família e que muitas vezes não sabem realizar planejamento financeiro e não possuem acesso a técnicas modernas de administração. O capital dessa empresa é formado por um pequeno grupo ou por um indivíduo, e seu espaço de operações é geralmente local (GOMES, 2004, p.33).

Para o SEBRAE, esta classificação é realizada baseando-se na quantidade de empregados e no faturamento. Para facilitar a compreensão, transcrevemos aqui o quadro apresentado pelo SIMPLES (2006) mostrando essa classificação baseada no número de empregados apresentamos das organizações:

Porte/Setor	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresas	Até 19	Até 9 empregados
Empresas de Pequeno Porte	De 20 a 99	De 10 a 49
Médias	De 100 a 499	De 50 a 99
Grandes	500 ou mais	100 ou mais

**Quadro 1** – Classificação das Micro e pequenas Empresas segundo o número de empregados.

**Fonte:** Simples Nacional - Lei Complementar Federal 123 de 14/12/06

O quadro 1 mostra a classificação das Micro e Pequenas Empresas em relação ao número de empregados. De acordo com essa classificação:

a) Indústrias e empresas de comércio e serviço com até 19 empregados são denominadas de microempresas.

b) Indústrias que possuam de 20 a 99 empregados e empresas de comércio e serviço que tenham de 10 a 49 funcionários são denominadas de empresas de pequeno porte.

c) Indústrias que tenham de 100 a 499 empregados e empresas de comércio e serviços que tenham de 50 a 99 funcionários são denominadas de empresas de porte médio.

d) Indústrias com mais de 500 ou mais empregados e empresas de comércio e serviço com 100 ou mais empregados são denominadas de empresas de grande porte.

A partir da década de 90, muitas empresas do país, por conta da do surgimento das novas tecnologias, seguiram a tendência de outros países, incentivando a terceirização de áreas que não são consideradas fundamentais para os negócios, surgindo assim novas empresas como de segurança patrimonial, limpeza em geral, etc.

Na busca de diminuir seus encargos trabalhistas muitas empresas de menor porte resolveram dispensar os funcionários e contratar os serviços dessas Micro e Pequenas Empresas. Além disso, o desemprego brasileiro, que gira em torno de 14% - de acordo com a metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contribuiu para que surgissem mais Micro e Pequenas Empresas.

Não obstante, o sonho de abrir o seu próprio negócio ser um dos discursos mais comuns dos brasileiros assalariados, ser empreendedor (seja micro ou pequeno) é uma atividade que ainda possui diversos percalços no caminho.

Segundo Indriúnas (2007, p. 34):

As MPE'S são essenciais para a economia brasileira, e, têm sido cada vez mais alvo de políticas específicas para facilitar sua sobrevivência como a Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas, que prevê a criação de facilidades tributárias como o Super Simples. Essa política também espera tirar uma série de empreendedores da informalidade no Brasil

As micro e pequenas empresas que são indispensáveis para a economia do Brasil passaram a ser matéria de projetos de lei a fim de facilitar sua existência, como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, da qual se originou o denominado Super Simples. Com essa lei os benefícios vão além dos tributários, ficou muito mais simples obter crédito, exportar, adquirir tecnologia, vender para o governo, abrir empresas e principalmente se formalizar.

De acordo com pesquisa do SEBRAE (2010), foi verificado que as medidas que impostas às Micro e pequenas Empresas surtiram o efeito desejado, pois 78% dos novos negócios iniciados entre o ano de 2003 à 2005 ainda permanecem no mercado. Essa política buscou diminuir a quantidade de empreendimentos informais no Brasil.

O faturamento das micro e pequenas empresas tiveram aumento anual de 11,3% em março de 2010, sobre março de 2009, como apresentado no Gráfico 1, abaixo:



**Gráfico 1** – Fórum permanente das Micro e Pequenas empresas.  
**Fonte:** IBGE/CEMPRE 2002

De acordo com a tributação que foi atribuída para as Micro e Pequenas Empresas o novo imposto passará a ter seu recolhimento em um único documento de arrecadação e valerá como pagamento dos seguintes tributos:

- a) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

- c) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- e) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep);
- f) O ICMS e o ISS também são abrangidos pelo Simples Nacional.

Estabeleceu-se que haverá apenas um pagamento, com data e cálculo único de quitação dos tributos no lugar de várias guias de recolhimento, datas e cálculos diferentes.

### 1.3 FALÊNCIA PRECOCE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

No Brasil, um dos maiores problemas das pequenas e micro empresas é a sua pouca duração de vida. De acordo com pesquisas do Sebrae, feito entre os anos de 2000 à 2002, demonstra que metade das micro e pequenas empresas decreta falência com menos de dois anos de existência e mais de 70% das micro e com as pequenas empresas brasileiras acontece o mesmo nos primeiros cinco anos de vida. A mesma entidade levantou o que seriam as principais razões, segundo os próprios empresários, para tal. A falta de capital de giro foi apontado como o principal problema por 24,1% dos entrevistados, seguido dos impostos elevados (16%), falta de clientes (8%) e concorrência (7%).

O governo federal, baseando-se nesses números criou primeiro o Simples e depois o Super Simples, que prevê a unificação e diminuição dos impostos. Segundo o mesmo levantamento realizado pelo Sebrae mostra que 25% das empresas que encerram suas atividades não dão baixa nos seus atos constitutivos, isto é, não procuram as juntas comerciais para encerrar legalmente sua empresa por serem muito elevados os custos para realização do mesmo. Outras 19% das MPEs não fecham por causa do tamanho da burocracia. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (BRASIL, 2007) promete desburocratizar parte do processo. Assim, o Estado brasileiro, que tem incentivado este tipo de empresa, começa a mudar algumas coisas para facilitar a vida dos empreendedores, ampliando e facilitando suas linhas de créditos.

Diversos são fatores que explicam o alto índice de mortalidade, tais como a viabilidade do negócio, inexperiência do empreendedor no setor escolhido e a

dedicação parcial ao empreendimento. Possivelmente, na maior parte dos casos, um planejamento estratégico faria grande diferença.

Hoje em dia, a falências das micro e pequenas empresas brasileiras nos primeiros cinco anos de existência está superior aos 70%. E os elevados índices de insucesso, cujas causas são conhecidas, não predominam apenas no Brasil. Em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, esse fenômeno também ocorre.

Muitas instituições brasileiras estão empenhadas na promoção do desenvolvimento empresarial no país, tais como as universidades, associações empresariais, as federações e o Sebrae, entre outras. Segundo a pesquisa "Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas", realizada pelo Sebrae em todos os estados brasileiros entre os anos de 1998 e 1999, foram identificadas três causas decisivas para o fechamento precoce das micro e pequenas empresas:

a) O tamanho do empreendimento - No âmbito de micro e pequenas empresas, o tamanho determina as chances de sucesso do negócio. De acordo com a pesquisa, a quantidade de pequenas empresas ativas era superior ao das extintas. No caso das microempresas, ocorreu exatamente o contrário: o percentual de empresas extintas superou o de empresas em atividade, sobretudo nos três primeiros anos de atividade.

b) Experiência do empreendedor – Dados obtidos em 11 estados demonstraram que, quanto maior o conhecimento do empreendedor e as experiências por ele vividas na área em que pretende atuar, maiores as chances de sucesso.

c) Dedicção exclusiva ao negócio - A pesquisa mostrou ainda que o empresário que se dedica exclusivamente ao negócio, principalmente no primeiro ano de atividade, tem maiores chances de sucesso do que aquele que possui outra ocupação. Conciliar emprego com uma atividade empresarial não é uma tarefa simples e aumenta a probabilidade de insucessos.

Foram evidenciadas nesta pesquisa outras dificuldades enfrentadas na gestão de micro e pequenas empresas, já conhecidas pelo Sebrae e por grande parte dos empreendedores, tais como:

- a) Falta de capital de giro;
- b) Carga tributária elevada;
- c) Crise econômica e aspectos conjunturais.

O Sebrae em suas pesquisas ainda mostram que vários empresários rejeitam lições simples, como, por exemplo, busca de informações do mercado potencial, da concorrência e fornecedores. Discriminadamente

Ao se pensar em abrir uma empresa deve-se analisar racionalmente todos os prós e os contras. Uma pesquisa executada pelo BNDES em 2001 apontou que em diversas empresas estabelecidas no mercado há mais de cinco anos, os empresários realizaram várias pesquisas por cerca de nove meses sobre o futuro negócio. O resultado mostra como a precipitação e a falta do planejamento pode ser prejudicial na implantação de um empreendimento.

#### 1.4 LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Existem diversos critérios para se classificar os portes das empresas no Brasil, considerando critérios quantitativos e qualitativos ou a conjugação de ambos. Os critérios quantitativos são mais fáceis de serem mensurados e isso torna as análises e comparações mais objetivas, em geral se referem à quantidade de empregados, faturamento anual, valores de ativo e assim por diante. Os qualitativos são mais difíceis de identificar, como participação e domínio de mercado e relatórios de gestão. Para fins tributários e efeitos de enquadramento na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa lei nº123/2006 é utilizado a receita bruta anual como descreve o art. 3º:

Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). (BRASIL, 2006)

No que se refere às obrigações para as micro e pequenas empresas referentes à escrituração o art. 26 da mesma lei estabelece:

As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a:

I – emitir documento fiscal de venda ou prestação de serviço, de acordo com instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

II – manter em boa ordem e guarda os documentos que fundamentaram a apuração dos impostos e contribuições devidos e o cumprimento das obrigações acessórias a que se refere o art. 25 desta Lei Complementar enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes.

§ 2º As demais microempresas e as empresas de pequeno porte, além do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão, ainda, manter o

livro-caixa em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária. (BRASIL, 2006)

Sabe-se que de forma equivocada, muitos profissionais e empresários argumentam a não obrigatoriedade da escrituração contábil, tendo em vista esta citação, considerando que para as micro e pequenas empresas tributadas pelo simples estão isentas da escrituração, bastando a apresentação do livro caixa, no entanto essa prática inoportuna, pode trazer sérios prejuízos ao contribuinte.

#### 1.4.1 HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Fazendo uma análise da legislação das Micro e Pequenas Empresas, se nota que os artigos 146, 170 e 179 da Constituição (BRASIL, 1989), são os pioneiros da legislação e regulamentação das micro e pequenas empresas. Os projetos de leis específicos colocados no congresso nacional, foram implementados no congresso através desses artigos, só foram aprovados porque a sociedade se mobilizou por meio de entidades e classes. Somente em 1984, que foi instituída a lei nº 7.256, a favor das MPEs, aprovando o estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que previa tratamento especial nas áreas administrativas (abertura, alteração e encerramento de empresa), previdenciárias e tributárias.

Em 1994, pela Lei nº 8.864, houve a aprovação de um novo estatuto no qual foi estabelecido o tratamento diferenciado para as Micro e Pequenas Empresas nas áreas financeiras, (facilitando o crédito), previdenciária, trabalhista, fiscal e se desenvolvimento empresarial.

Em 1996, aconteceu a aprovação da Lei nº 9.317, que enfatizou o recolhimento de imposto, o Simples – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos

e Contribuições, no qual foram incluídas as empresas de pequeno porte.

Já no ano de 1999, baseada nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal, aprovou-se a Lei nº 9.841 (Brasil 1999), que foi regulamentada pelo Decreto nº 3.474 de 2000. Nessa lei foram estabelecidas diretrizes favorecendo as microempresas e empresas de pequeno porte, diminuindo fundamentalmente a carga tributária e gerando ao mesmo tempo mecanismos gerenciais, facilitando para o cumprimento de suas obrigações fiscais.

## 2. DOS PRIMÓRDIOS AOS DIAS ATUAIS... UM POUCO SOBRE A CONTABILIDADE

### 2.1 HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

A contabilidade é uma das ciências mais antigas e complexas, existe desde os primórdios das civilizações, quando o homem sentiu a necessidade de controlar os seus bens, quais sejam: rebanhos, ferramentas de trabalho e tudo mais que ia surgindo para suas necessidades.

De acordo com Merlo (2006, p. 22), a Ciência da Contabilidade sempre teve seu desenvolvimento atrelado à evolução da humanidade, ao progresso das organizações, às novas formas de negócios e ao aprimoramento das relações comerciais. Não se sabe quem inventou a contabilidade, mas segundo Sá (2000, p.9),

"Provas arqueológicas denunciam registros em grutas, ossos e outros materiais, contendo manifestações da inteligência humana na percepção de meios patrimoniais, qualitativa e quantitativamente, ou seja, constituindo a conta primitiva."

Diante das palavras de Sá, verifica-se que o homem primitivo já demonstrava uma preocupação em obter meios de mensurar e controlar o seu patrimônio. Acreditando ainda que a contabilidade tenha sua história dividida em quatro épocas (antiga, medieval, moderna e científico).

a) Período Antigo (do início da civilização até 1202) – Remontam da antiguidade oriental, os primeiros registros de contas, em tabuas de argila, demonstrando que os povos antigos já praticavam de forma rudimentar a atividade contábil.

Ferreira (1985, p.41) coloca que: Precisar exatamente a época em que se originou a história contábil é impossível, os estudos datam (...) há mais de 8.000 anos atrás, terminando em 1202.

A contabilidade era feita baseada na experiência cotidiana, apesar de já ter como objeto o patrimônio. Até mesmo na Bíblia Sagrada podemos perceber em

algumas passagens a contabilidade; este período da história contábil estende-se até a idade média, quando surge o *Liber Abaci* ou livro do ábaco.

b) Período Medieval (1202 -1494) – tem início com o lançamento do *Liber Abaci* em 1202, como Ferreira (1985, p.54) evidencia “já no século XIII de nossa era quando a sistematização se originou em Toscana na Itália com a introdução do processo de registro por duplas ou dobradas”; e se estende até ano de 1494, quando é lançada a obra de Frei Luca Pacioli. Foi um período extremamente fértil para os italianos devido ao contato constante com outras idéias e povos através do comércio marítimo no Mediterrâneo, o que trouxe inúmeras inovações técnicas. Além do aumento da lucratividade com os negócios, o que resultou na necessidade do livro caixa, para registrar os recebimentos e pagamentos efetuados em dinheiro. Com a obra do italiano *Tractatus de Computis et Scripturis* (Contabilidade por Partidas Dobradas), a contabilidade é introduzida como ramo do conhecimento humano.

c) Período Moderno (1494 – 1840) – É iniciado com a publicação da obra de Frei Luca Pacioli (o italiano é considerado o pai da contabilidade), o momento em que se inicia esta fase do pensamento contabilista concentra-se com importantes acontecimentos na história mundial, dentre os quais destacamos a descoberta do novo mundo que marcou profundamente o aumento da necessidade em utilizar a contabilidade para controlar as riquezas que se multiplicavam mais intensamente a partir dos lucros obtidos nas Américas.

d) Período Científico (1840 ao dias atuais) – Caracteriza-se pelo modo com a contabilidade passa a ser utilizada, a partir do século XIX, em um tom mais formal, adquirindo caráter científico, surgem várias escolas de pensamento contábil, formando uma verdadeira doutrina científica da contabilidade.

A Contabilidade assumiu a responsabilidade social a partir do final do século XX e cada vez mais seus usuários exigem informações referentes a atuação social das organizações. Assim, na medida em que as organizações se desenvolviam, tendo novas necessidades tanto de registro como de análise de informações, a Contabilidade foi se adaptando. Desta forma, o trabalho do profissional de contabilidade sempre esteve associado – e sempre estará – às demandas da sociedade, de acordo com a evolução natural advinda do aperfeiçoamento das organizações e do surgimento de novos tipos de negócios.

Desde longa data, conforme apontam Tinoco e Kraemer (2006, p.26), que o registro, a acumulação, a mensuração, a avaliação e a divulgação das atividades e operações das organizações, dos governos e das instituições em geral são realizados pela Contabilidade, de forma sistêmica, através das demonstrações contábeis.

Em 1977, foi desenvolvido o conceito de balanço social pela França e em outros países europeus a partir de 1980. Ainda segundo Tinoco e Kraemer (2006) devido a crescente e considerável degradação do meio-ambiente, as empresas sentem-se obrigadas a incorporar aos objetivos de auferir lucros a responsabilidade social, visto que a continuidade, como um todo, e a referida responsabilidade social abrangem o bem-estar da população na sua integridade.

## 2.2. EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE BRASILEIRA

A evolução da contabilidade no Brasil aconteceu por período bastante extenso, por este motivo serão abordados apenas os fatos mais marcantes em todo este processo.

Conforme Schmidt (2000) a Contabilidade brasileira passou por dois importantes momentos, no primeiro que começa desde o ano de 1500, até 1964, e o segundo que começa a partir de 1964, quando foi estabelecida uma nova forma de ensino da Contabilidade no país.

Do primeiro momento cabe salientar que de 1500 até 1822, o Brasil não obteve grandes avanços. Esse momento é conhecido na história como Colonial. Neste período o Brasil cultivava pau-brasil, passando pelo cultivo da cana-de-açúcar e da exploração do ouro, no qual foi necessário um maior controle das riquezas. De acordo com Furtado (1988), em 1702 o Governo criou a Intendência de Minas que era incumbida de dirigir a exploração, fiscalizar e cobrar tributos nas capitânicas nas quais acontecesse a mineração.

Em 1808, aconteceu uma das mais importantes manifestações contábeis brasileiras, quando da chegada da família real portuguesa ao país, um alvará no qual os Contadores Gerais da Real Fazenda tinham que adotar o método das partidas dobradas na escrituração mercantil. Considera-se também outro fato

importante: em 1809, José da Silva Lisboa, também conhecido como Visconde de Cairu, que foi um dos articuladores da abertura dos portos brasileiros, apresentou o primeiro sistema de direito comercial e realizou os primeiros estudos de economia política do Brasil, criando a primeira Cadeira de Aula de Comércio no Rio de Janeiro.

De acordo com Schmidt (2000). O modo da escrituração consta no Título II do referido alvará:

I. Para que o método de escrituração, e formulas de contabilidade da minha Real Fazenda não fique arbitrário, e sujeito à maneira de pensar de cada um dos Contadores Gerais, que sou servido, crio para o referido Erário: ordeno que a escrituração seja a mercantil por partidas dobradas, por ser a única seguida pelas Nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade para o manejo de grandes somas, como por ser a mais clara, e a que menos venha dar erros e subterfúgios, onde se esconda a malícia e a fraude dos prevaricadores.

II. Portanto haverá em cada uma das Contadorias Gerais um Diário, um Livro Mestre, e um Memorial ou Borrador, além de mais um Livro auxiliar ou de Contas Correntes para cada um dos rendimentos das Estações de Arrecadação, Recebedorias, Tesourarias, Contratos ou Administrações da minha Real Fazenda. E isto para que sem delongas se veja, logo que se precisar, o estado da conta de cada um dos devedores das rendas da minha Coroa e fundos públicos.

III. Ordeno que os referidos livros de escrituração sejam inalteráveis, e que para ela se não possa aumentar ou diminuir nenhum, sem se me fizer saber, por consulta do Presidente, a necessidade que houver para se diminuir ou acrescentar o seu numero.

Já de 1822 a 1889, de acordo com afirmação de Schmidt (2000) uma das primeiras grandes manifestações da legislação foi a criação, em 1850, do Código Comercial que determinou a obrigatoriedade da escrituração contábil e da preparação do demonstrativo do Balanço Geral, anualmente. Estabelecia que o Balanço devesse conter os bens, direitos e obrigações das empresas comerciais.

Com a Proclamação da República diversos eventos influenciaram o avanço da Contabilidade no Brasil, em 1902 ergue-se a Escola Prática de Comércio que apoiada por inúmeras personalidades, em 1905 foi o reconhecimento oficial dos cursos de Guarda- Livros e de Perito-Contador da Escola Prática de Comércio, em 1946 ocorreram dois eventos significativos para o desenvolvimento da Contabilidade no Brasil, a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo que instituiu o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais e a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade pelo Decreto-Lei nº 9.295

Já no segundo momento, conforme leciona Paulo Schmidt (2000) o desenvolvimento da Contabilidade no Brasil teve início em 1964, quando o professor José Boucinhas estabeleceu um método de ensino contábil, de acordo com a linha norte-americana, tomando por base o livro *Introductory Accounting*, de Finney & Miller. José Carlos Marion (Apud SILVA, CARLI & PEREIRA, 1991, p. 32) afirma que:

A mudança de enfoque da escola Italiana para a Escola Americana deu-se em função da influência de algumas empresas de auditoria, que acompanhavam as multinacionais anglo-americanas. Estas, através de manuais de procedimentos e treinamento, formaram profissionais que preparariam as normas contábeis em nível governamental, influenciando, assim, as empresas menores, incluindo legisladores e outros.

O ano de 1976 foi bastante importante para a Contabilidade brasileira, pois nesta data foi publicada a nova Lei das Sociedades por Ações. No ano de 1981, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a Resolução nº 529 na qual as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) eram disciplinadas. Os anos 80, no qual as altas taxas inflacionárias marcaram o país, apesar da adoção de mecanismos de correção monetária, foi um período durante o qual as informações derivadas das Demonstrações Contábeis ficaram muito prejudicadas.

Em suma, a marcha histórica do desenvolvimento da Contabilidade no Brasil é bem mais recente, quando comparada com a de outros países.

### 3. A RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE NA GESTÃO EMPRESARIAL

#### 3.1 A CONTABILIDADE NA GESTÃO EMPRESARIAL

A contabilidade é uma ferramenta essencial na gestão dos negócios de uma empresa, através da análise e interpretação de dados, fornece caminhos para a adequada tomada de decisões, contribuindo para que o empreendimento possa se inserir nas estatísticas de sucesso e administração eficiente. Em relação à contabilidade Franco (2004, p.45) destaca que:

[...] é a ciência que estuda e pratica, controla e interpretam os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza econômica.

A importância da contabilidade na gestão empresarial é notadamente assinalada, mas embora tal significação tenha se evidenciado culminante, e na atualidade pensar em uma boa administração está interligado com a presença das informações contábeis, não há um conceito estanque ou consensual entre os diversos autores sobre o que é contabilidade. Ludícibus (1997, p.34), ressalta que a contabilidade é uma ciência, pois pode ser vista como um sistema de saída de informações mensuradas através das variações qualitativas e quantitativas do patrimônio da entidade servindo como meio para a tomada de decisão.

No que se refere aos aspectos conceituais sobre a contabilidade Marion (1998,p.63) entende que "(...) A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões."

As definições evidenciam a idéia de que a contabilidade pode ser entendida como uma ferramenta de apoio a gestão, muito importante para os negócios, uma vez que a partir das informações produzidas, contribui positivamente para a tomada de decisões.

Segundo PAIVA (2004):

"A Ciência Contábil faz parte da grande área das Ciências Sociais Aplicadas. Juntam ente com a Economia e a Administração, forma o grupo das Ciências Gerenciais , cujo objeto é o patrimônio. Toda empresa, todo órgão público, toda entidade com fins lucrativos, ou não, deve possuir uma

contabilidade, por que detém um patrimônio. Esse é o campo de atuação da Contabilidade ”.

O patrimônio das entidades é o objeto de estudo mais importante da contabilidade, e está em constante alteração, por isto mesmo exigindo uma administração eficiente pautada nas informações contábeis, para uma tomada de decisões coerente. Franco (1996, p.34) define o patrimônio como um “... conjunto de bens econômicos, ou conjunto de bens com fim específico.”

### 3.2 EVOLUÇÃO E DEFINIÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL

A Contabilidade é uma ciência antiga que teve sua origem antes mesmo dos números e da escrita (IUDÍCIBUS e MARION, 2002), porém Passou por diversas alterações para que hoje se tornasse essencial na vida das organizações. Segundo Crepaldi (2004, p.20)

A contabilidade é uma atividade fundamental na vida econômica. Mesmo nas economias mais simples, é necessário manter a documentação dos ativos, das dívidas e das negociações com terceiros. O papel da contabilidade torna-se ainda mais importante nas complexas economias modernas. Uma vez que os recursos são escassos, temos de escolher entre as melhores alternativas, e para identificá-las são necessários os dados contábeis.

Um dos objetivos da Contabilidade é o fornecimento de informações aos seus usuários para que ocorra a tomada de decisões (IUDÍCIBUS, 2000, IUDÍCIBUS e MARION, 2002, FASB *apud* LOPES E MARTINS, 2005).

Essa função é explicitada também pela Deliberação CVM nº29:

A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

Em relação aos usuários, se classificam como externos e internos (PADOVEZE, 2000, p.19). Os usuários externos são o governo, sindicatos, acionistas, cliente, sociedade entre outros. Já os usuários internos são os empregados e gestores.

A Contabilidade necessitou de estudos aprofundados e de subdivisões devido às necessidades informacionais de seus usuários. E levando em consideração o usuário no qual a informação é direcionada, a Contabilidade é dividida em

## Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial.

A Contabilidade Financeira é uma forma de escrituração da vida empresarial, por meio de regras. Sua origem é posterior à Contabilidade Gerencial. Trabalha com documentos contábeis exigidos pela legislação e auxiliados pelos Princípios de Contabilidade, de uso indispensável. Desse modo faz relatórios com informações econômicas da empresa, os quais são disponibilizados aos seus usuários mostrando claramente os resultados das decisões tomadas pelos administradores e fornecendo suporte para que os usuários externos também tomem suas decisões (ATKINSON, BANKER, KAPLAN e YOUNG, 2000, p. 38).

De acordo com Cardoso, Mário e Aquino (2007, p.43), somente a partir de 1929, o governo americano passou a exigir padrões contábeis para a escrituração e a elaboração de demonstrativos contábeis. A contabilidade que até então era centrada no gerenciamento das empresas, começou a ser direcionada ao usuário externo.

Segundo Johnson e Kaplan (*apud* CARDOSO, MÁRIO E AQUINO, 2007, p. 31), desta época em diante a Contabilidade Gerencial perdeu sua importância permanecendo à margem da Contabilidade Financeira e as formas de controle gerencial se limitavam as antigas formas de custos elaborados ainda na Era Industrial.

Contudo, a propagação dos mercados, o avanço tecnológico com a globalização e ainda a ampliação de atividades de serviços resultaram na necessidade de aprimoramento e melhoria de modelos de custos iniciando a recuperação da relevância da Contabilidade Gerencial.

De acordo com Niyama e Silva (2005, p.25), no Brasil o fortalecimento das práticas gerenciais foi marcado por três eventos econômicos:

- a) a quebra do protecionismo a partir de 1990, quando o governo brasileiro permitiu a importação de mercadorias;
- b) a privatização das empresas estatais e os efeitos do Plano Real tendo efeito a entrada de empresas estrangeiras;
- c) e a redução dos níveis de inflação a partir de 1994, permitindo a utilização de práticas de gerenciamento e de contabilidade de custos, o que era impossível na época em que se praticava altos índices de inflação.

E tiveram como consequência desses eventos econômicos a elevação da competição entre as empresas, que começaram a concorrer até com empresas

estrangeiras e a conseqüente preocupação em descobrir novas práticas de gestão e melhorar as já existentes para superar a concorrência.

O Quadro 2, a seguir, demonstra as principais características da Contabilidade Financeira e Gerencial, contudo, o que de fato mostra a diferença entre essas duas partes da contabilidade é o cliente da informação (FERNANDES, KLANN e FIGUEIREDO, 2008).

	<b>Contabilidade Financeira</b>	<b>Contabilidade Gerencial</b>
<b>Público Alvo</b>	Externa: acionistas, credores, autoridades tributárias.	Interna: Funcionários, administradores e executivos.
<b>Propósito</b>	Reportar o desempenho passado às partes externas; contratos com proprietários e credores.	Informar decisões internas tomadas pelos funcionários e gerentes; feedback e controle sobre desempenho operacional.
<b>Temporalidade</b>	Histórica, atrasada	Atual, orientada para o futuro.
<b>Restrições</b>	Regulamentada: dirigidas por regras e princípios fundamentais da contabilidade e por autoridades governamentais.	Desregulamentada: sistemas e informações pela administração para satisfazer necessidades estratégicas e operacionais.
<b>Tipo de Informação</b>	Somente para mensuração financeira.	Mensuração física e operacional dos processos, tecnológica, fornecedores e competidores
<b>Natureza da Informação</b>	Objetiva, auditável, confiável, consistente, precisa.	Mais subjetiva e sujeita a juízo de valor, válida, relevante, apurada.
<b>Escopo</b>	Muito agregada; reporta toda a empresa.	Desagregada; informar as decisões e ações locais.

**Quadro 2 - Características básicas das contabilidades Financeira e Gerencial.**

**Fonte:** adaptada de Atkindon *et al.*(2000)

O IFAC (*International Federation of Accountants*) (*apud* Padoveze, 2004, p. 23) expediu, em 1998, um relatório mostrando os quatro estágios evolutivos da Contabilidade Gerencial, os quais podem ser observados no quadro 3. A função era, além de mostrar o estágio atual, caracterizar todos os estágios anteriores, bem como os elementos essenciais que constituem as práticas eficazes neste campo.

De acordo com Teixeira *et al* (2009, p.45), o relatório tinha como objetivo fazer a descrição da atividade conhecida como contabilidade gerencial, realizando a segregação de suas atividades, práticas, ferramentas, filosofias, artefatos (instrumentos e ferramentas da contabilidade gerencial), modelos de gestão e sistemas."

PERÍODO	ESTÁGIO
Antes de 1950	o foco era na determinação do custo e controle financeiro, através do uso das tecnologias de orçamento e contabilidade custo
Por volta de 1965	o foco foi mudado para o fornecimento de informações para o controle e planejamento gerencial, através do uso de tecnologias tais como análise de decisão e contabilidade por responsabilidade
Por volta de 1985	a atenção foi focada na redução do desperdícios de recursos usados nos processos de negócios, através do uso das tecnologias de análises do processo e administração estratégica de custos
Por volta de 1995	a atenção foi mudada para a geração ou criação de valor através do uso efetivo dos recursos, através do uso de tecnologias tais como exames dos direcionadores de valor ao cliente, valor para o acionista, e inovação organizacional

**Quadro 3** - Evolução e mudanças na contabilidade gerencial. **Fonte:** adaptado de Padoveze, (2004, p.36)

Os quatro estágios são a união uns do outro, sendo que adaptados ao ambiente atual. Nos estágios 3 e 4, é demonstrado que a contabilidade gerencial é de enorme valia aos administradores, pois é fornece informações atuais em tempo real para seja utilizada caso sejam necessárias.

A Contabilidade Gerencial é definida por Crepaldi, (2004 p.20) como:

[...] o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que o auxiliem em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial.

Para Padoveze (2004, p.42) a Contabilidade Gerencial "é principalmente usada dentro da entidade, como instrumento de ajuda à administração, em todas as suas facetas operacionais." Este instrumento conduz as organizações a atingir seus objetivos. A análise de seu produto - a informação gerencial - poderá influenciar o desempenho da organização. Se de modo positivo ou negativo, irá depender da efetividade da Contabilidade Gerencial, a qual fará parte de uma organização, se existir nesse ambiente alguém capaz de traduzir os dados contábeis em relatórios práticos e claros (PADOVEZE, 2004).

Segundo Fernandes, Klann e Figueiredo (2008),

[...] contabilidade gerencial, num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se encaixem de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador.

Desta forma, como as decisões que são tomadas atualmente são refletidas amanhã, para que tenha utilidade ao processo decisório, a informação gerencial é válida apenas se estiver voltada para o futuro.

### 3.3 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL GERENCIAL

De acordo com Oliveira (2008, p. 41) o que diferencia dado de informação é o conhecimento que esta oferece ao tomador de decisão. O dado aparece em sua forma bruta, a informação é o dado processado através da interação de recursos. Esse processo ocorre por meio de um sistema de informação o qual é definido por Padoveze (2004, p.50) como

[...] um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma seqüência lógica para o processamento de dados e tradução em informações, para com seu produto, permitir às organizações o cumprimento de seus objetivos principais.

Conforme Rezende e Abreu (2008, p. 32), a informação representa o poder para quem a possui pelo fato de ter uma alta reputação. Ela aparece como um meio estratégico e pode levar a empresa à vantagem competitiva.

O valor da informação é explicado pelas alterações que ocorreram no cenário mundial. A utilização do conhecimento, o avanço das tecnologias e o conseqüente processo de globalização modificação a velocidade com a qual as coisas acontecem e determinaram a modificação de paradigma da organização a qual começou a ser baseada na informação (REZENDE e ABREU, 2008, p. 37).

Os administradores determinam a necessidade de informações de cada entidade, pois as informações devem atender o seu propósito. Contudo, é observado o valor dessas informações para a determinação da sua necessidade e posterior do uso no processo de decisão. O valor da informação é avaliado de acordo com o efeito que ela causa sobre o processo de tomada de decisão, podendo ser positivo ou negativo. Se a informação for adequada à decisão, terá valor, caso a informação não seja adequada, poderá ter pouco ou nenhum valor, podendo ser desprezada. (STRASSBURG *et al*, 2007, p. 42).

Para Padoveze (2007, p.28),

[...] o valor da informação está relacionado com a redução da incerteza no processo de tomada de decisão; a relação custo-benefício gerado pela informação *versus* o custo de produzi-la e o aumento da qualidade da decisão.

Segundo o autor uma informação não deve valer mais do que ela merece para a organização. Contudo, um grande volume de informação diminui o nível de incerteza para a tomada de decisão, mas existe a possibilidade de que o volume que se considera ideal precise de custos adicionais. Deve-se, então, achar um ponto de equilíbrio em que seja possível "o mínimo de informação necessária para reduzir a incerteza e aumentar a qualidade da decisão, ao menor custo possível" (PADOVEZE, 2007, p.28)

De acordo com afirmação de Oliveira, Müller e Nakamura (2000) para que a informação contábil seja útil ao processo decisório deve ter as características imprescindíveis à gestão, devendo ser íntegra, relevante, clara, oportuna, flexível, completa e preditiva, além de se direcionar à gerência do negócio.

Conforme destaque de Padoveze (2007, p.150), "o ponto forte da informação contábil é a mensuração econômica das transações". Por meio da mensuração econômica, a contabilidade reúne e interpreta transações da empresa sob o aspecto do valor econômico. Contudo, para que a organização tenha aceitação de todos os usuários possui outras qualidades objetivando a tomada de decisão. O quadro 4 evidencia os requisitos que, segundo Padoveze (2007, p. 150), fazem uma informação ser valioso.

Característica da Informação	
Conteúdo	Relatividade
Precisão	Exceção
Atualidade	Acionabilidade
Freqüência	Flexibilidade
Adequação à decisão	Motivação
Valor Econômico	Segmentação
Relevância	Consistência
Entendimento	Integração
Confiabilidade	Uniformidade de Critério
Oportunidade	Indicação de causas
Objetividade	Volume
Seletividade	Generalidade etc

**Quadro 4** - Características da Informação

**Fonte:** Adaptado de Padoveze (2007, p28)

De fato, como mencionado anteriormente, o ambiente no qual as organizações estão inseridas, que é marcado pela tecnologia da informação e pela comunicação em redes auxilia o uso da informação posto que estas sejam disponibilizadas e trocadas de maneira muito rápida. Contudo, vale ressaltar que a velocidade com a qual a informação é disponibilizada, viabilizada pelos recursos tecnológicos, sobretudo pela Internet, desafia o valor da informação, pois de acordo com o quadro acima, a oportunidade é uma das características que qualifica a informação. O conceito de informação oportuna indica que esta deve ser disponibilizada na época certa, entretanto, a velocidade com que é processada e disponibilizada também a torna ultrapassada em pouco tempo.

Conforme Gomes (*apud* MOREIRA, 2002, p. 45)

Modernamente, a informação, considerada como um bem precioso que é demandado avidamente por diversos usuários, pode ser a responsável pelo sucesso ou fracasso de um negócio, percebendo-se assim a importância do seu reconhecimento e registro imediato. Pode-se afirmar que a informação contábil que não é oportuna não tem valor.

Conforme a definição de Contabilidade Gerencial, a informação gerencial é destinada aos usuários internos da organização e busca suportar a tomada de decisão. Buscando atender seus usuários, a informação gerencial se diferencia da informação contábil utilizada pela Contabilidade Financeira. Sob o enfoque da Contabilidade Financeira a informação contábil se expressa por uma base monetária, geralmente em moeda corrente. Porém, a informação gerencial, além de medidas monetárias, possui outras bases, tais como índices e medidas operacionais ou físicas, como qualidade e tempo de processamento de maneira que possa analisar a satisfação dos clientes e melhor treinamento aos funcionários. (ATKINSON, BANKER, KAPLAN e YOUNG, 2000, p. 39).

Além do mais, a informação contábil relacionada para os usuários externos é vista através das demonstrações contábeis, enquanto o sistema de contabilidade gerencial é baseado em atividades financeiras, tecnológicas e operacionais de cada organização produzindo informações que se apresentam, na maioria das vezes, na forma de relatórios. Esses relatórios assumem as mais diferentes formas de apresentação sejam elas planilhas, textos, tabelas, gráficos, e visam atender às necessidades exigidas por seus usuários (SELL, 2004, p. 34).

De acordo com Padoveze (2007, p.152) os relatórios gerenciais têm

elementos e características específicas como:

1. Adequação das informações e do formato do relatório ao perfil do usuário;
2. Indicadores relativos: inserção de indicadores que contemplam os dados de quantidade e valor constantes do relatório;
3. Quantidade: inserção de dados quantitativos, sempre que possível, para melhor visualização e potencialização do uso das informações do relatório, com indicação da sua espécie;
4. Periodicidade: cada relatório exige uma periodicidade específica;
5. Disponibilização: cada relatório sugere o melhor meio de sua disponibilidade. Ainda assim, há que se respeitar o perfil dos usuários;
6. Elementos gráficos: sempre que possível, é necessário incorporar recursos adicionais de visualização;
7. Informações focadas: aproveitar o relatório para dar informação absoluta ou relativa que mais interessa ao usuário, ou seja, elemento conclusivo.

Pode ser notado por meio da caracterização dos relatórios gerenciais que são ponderadamente realizados pretendendo dar sustento ao processo decisório do usuário interno, ao contrário dos relatórios produzidos pela Contabilidade Financeira, que são representados pelas demonstrações contábeis as quais são produzidas conforme as normas e os Princípios de Contabilidade.

A função da Contabilidade é o fornecimento de informações úteis a sua variedade de usuários (IUDÍCIBUS, 2000, p. 23), sejam eles gestores, fornecedores, acionistas, governos etc. Entretanto, conforme Pires, Costa e Hahn (2004, p. 34) existem casos em que os contadores se limitam a atender à legislação fiscal.

De acordo com Oliveira, Müller e Nakamura (2000, p. 40), na maior parte das organizações, em função da influência fiscal, acontecem alterações que são importantes nas informações contábeis. O uso das demonstrações contábeis tradicionais é insuficiente para atender aos anseios gerenciais.

Conforme Oliveira, Muller e Nakamura (2000, p. 42)

"É perceptível a imagem, principalmente nas pequenas empresas, de algo que existe somente para o atendimento das exigências fiscais, ficando relegado, ao segundo plano, o atendimento das necessidades da gestão dos negócios."

Para Pires, Costa e Hahn (2004, p. 18) essa desvirtuação dos objetivos da contabilidade, pode prejudicar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas no Brasil.

### 3.5 BENEFÍCIOS DA CONTABILIDADE GERENCIAL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

No moderno e globalizado século XXI, a contabilidade é encarada como instrumento imprescindível, para os empreendedores que estão preocupados com a competitividade, e as variações do mercado, e percebem com usufruírem das informações contábeis enquanto norteadora de deliberações. As decisões tomadas pelos gestores, quando fundamentadas por atividade contábil efetiva, tende a melhorar o desempenho operacional.

Lançando mão dos elementos, anteriormente expostos, acerca da importância da contabilidade na gestão de empresas, independente do seu porte, não se deve aprovar que alguma fração organizacional, notadamente as micro e pequenas empresas possam abstrair desse aparelho na operacionalização dos seus negócios.

O empreendedor que utiliza a contabilidade diretamente, buscando entender os relatórios contábeis, está disposto a atender os anseios que o mercado impõe á todos inclusive ás micro e pequenas empresas. Somado a isto, existe a obrigação do empresário distinguir o negócio detalhadamente, entretanto muitas vezes não tem o conhecimento da contabilidade, que é utilizada até mesmo na formação do preço de venda, pois com as novas mudanças alguns produtos passam a ter tributação diferenciada.

De acordo com Resnik (1991, p.71), “O proprietário gerente deve contar com o contador na fixação de preço; este mediante fórmula simples consegue ajudar o administrador a compreender a política de preços [...]”, então se depreende que a informação contábil, é definida internamente de forma a satisfazer as necessidades estratégicas e operacionais da empresa.

Cada vez mais a contabilidade é um fator de suma importância nas empresas, para que estas obtenham resultados úteis e confiáveis, as estatísticas demonstram que o fator ameaçador á sobrevivência dos micro e pequenos negócios é a falta de dados consistentes para a tomada de decisão, ou seja, a não utilização ou a má gerencia dos dados contábeis.

Em cidades como Itiúba é corriqueiro que micro e pequenas empresas se preocupem apenas com as exigências fiscais, por isto mesmo o contador não é uma

presença fixa na organização, estando remunerado para cumprir somente o que a lei obriga. Por isto mesmo, é que não há um efetivo controle mensal (na maioria dos casos), sobre os custos, nem mesmo verificando a situação patrimonial da empresa, nem observando o desempenho e a rentabilidade dos negócios. Diante de tais dados percebe-se a importância em analisar se as informações contábeis são utilizadas nos empreendimentos itiubenses, e como isto é feito, para melhor controlar, economizar, investir e planejar as estratégias e ações a serem desempenhadas em tempo hábil.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para Beuren (2006, p. 66):

Esta seção, em alguns cursos de graduação e pós graduação, requer um detalhamento mais amplo e profundo, a ponto de lhe ser destinado um capítulo específico, o qual usualmente vem logo após o capítulo da fundamentação teoria ou revisão bibliográfica.

Para o melhor desenvolvimento dessa pesquisa, bem como o alcance de seus resultados e objetivos propostos, utiliza-se em um primeiro momento a pesquisa bibliográfica referente ao tema, na conceituação do referencial teórico, bem como dos itens que o compõe.

Cervo e Bervian (2002, p. 65), quanto à pesquisa bibliográfica afirmam que:

[...] procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. [...] é o meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.

Ainda se fez necessário num segundo momento a utilização da pesquisa de estudo de caso, que complementa a pesquisa bibliográfica garantindo assim um resultado mais satisfatório e aceito conforme os moldes científicos Marconi e Lakatos (2004, p. 274) definem estudo de caso como: “ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos”.

O método de abordagem que foi desenvolvido na pesquisa é o dedutivo. De acordo com Lakatos e Marconi (2002, p. 47) essa abordagem mostra os casos de aplicação da teoria em estudos avaliativos, aplicando métodos estatísticos, componentes principais, ou análise fatorial e procurando indicadores comuns aos casos analisados.

Marconi e Lakatos (2004, p. 45) definem método como:

[...] Conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Para atender a demanda dos objetivos propostos neste estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica referente aos aspectos das Micro e Pequenas Empresas e da Contabilidade Gerencial. Concomitante a isso foi feita uma pesquisa de campo com aplicação de questionários, em empresas comerciais varejistas de micro e pequeno porte, da cidade de Itiúba-BA.

A pesquisa teve como enfoque a utilização dos relatórios de atividade, de indicadores financeiros tais como: ferramentas que auxiliem na gestão das microempresas, trazendo à realidade, qual o entendimento dos gestores das micro e pequenas empresas têm sobre esses relatórios como mecanismos de tomada de decisão. Após a escolha do tema e identificar o problema, foi possível decidir pelo método a ser seguido.

## 4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Conforme Oliveira *et al* (2003, p. 83):

As técnicas de amostragem permitem tratar de maneira econômica e estatisticamente confiáveis determinados dados de um universo de pesquisa que, muitas vezes não está acessível em sua totalidade ao pesquisador, seja pelo custo que isso acarretaria, seja pelo prazo que seria necessário.

No presente estudo, utilizou-se o método de coleta de dados por meio de questionário caracterizado por um conjunto de perguntas ou questões definidas em um roteiro flexível montado como base no referencial teórico. A unidade de análise da pesquisa foram os indivíduos, representados por contadores, empresas e escritórios de contabilidade da cidade de Itiúba no estado da Bahia.

Oliveira *et al* (2003, p. 82) ainda disserta que:

Essa prática, em estatística, incorpora o próprio conceito de estatística indutiva, por corresponder a um processo de *indução*, ou seja, um processo lógico de raciocínio em que, a partir do conhecimento de uma parte, procura-se tirar conclusões sobre a realidade, em seu total.

De acordo com a Associação Comercial Industrial e Agrícola de Itiúba - ACIAI, existe atualmente um quadro associativo de cem empresas. A amostra se deu pela aplicação dos questionários em 30 empresas comerciais. de Itiúba – BA. “Amostra, por sua vez, é uma porção ou parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. (OLIVEIRA *et al*, 2003, p. 82)

#### 4.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Cervo e Bervian (2002, p. 45) descrevem que os instrumentos de coleta de dados, de largo uso, são formados por entrevista, formulário e o questionário.

Como pode ser observado existem várias técnicas de coleta de dados, cada uma possui vantagens e desvantagens que precisam ser previamente diagnosticadas no intuito de se averiguar, qual instrumento de coleta se adéqua melhor aos objetivos almejados. (CERVO E BERVIAN, 2002, P. 45)

De acordo com Gil (2002, p.116):

Questionário é uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.

Para um melhor desempenho e alcance dos resultados, preferiu-se a técnica de utilização de questionários semiabertos, como instrumentos de coleta de dados, aplicados aos gestores de trinta empresas do setor varejista da cidade de Itiúba/Ba. O que assegurou a qualidade das informações uma vez que foram colhidas pelo pesquisador no contato direto com os sujeitos, adequando as questões abertas de acordo com as necessidades.

Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 48), o questionário é definido como:

[...] a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra *questionário* refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche. Assim qualquer pessoa que preencheu um pedido de trabalho teve a experiência de responder a um questionário. Ele contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com um problema central (itálico do autor).

O uso de questionários é uma técnica bem abrangente que possibilitou a coleta de informações que posteriormente foram processadas para a obtenção dos resultados almejados, bem como para a análise de dados.

Os dados trabalhados por meio de gráficos e tabelas que foram devidamente relatados e comentados favorecendo a análise e compreensão da pesquisa.

#### 4.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

O método de abordagem da pesquisa foi o indutivo. Segundo Lakatos e Marconi (2006, p. 53),

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadoras. Portanto, o objetivo dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que as premissas nas quais se basearam.

A pesquisa buscou colocar em evidência o conhecimento dos empresários sobre algumas ferramentas disponibilizadas pela Contabilidade Gerencial. Demonstrou-se que por meio de ferramentas como os indicadores financeiros pode-se obter informações valiosas garantindo uma melhor gestão e controle da entidade, bem como tornar a mesma mais competitiva no mercado atual, cada vez mais competitivo.

## 4.5 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

### 4.5.1 RESULTADOS

Essa etapa consiste na elaboração das análises e resultados obtidos com a aplicação da pesquisa de campo. Através da qual buscou-se concluir sobre o grau de importância da utilização da Contabilidade Gerencial para a sobrevivência das empresas.

A primeira parte do questionário foi delimitada a apresentação de profissional com informações referentes a identificação dos mesmos. Os resultados dos questionamentos que levam a conclusão final deste estudo alcançados através da pesquisa seguem apresentados a seguir através de gráficos.

#### 4.5.1.1 Responsável pela gestão da empresa

Esta variável visava confirmar uma das peculiaridades dos pequenos empreendimentos: a gestão do negócio pelo dono. A análise do gráfico possibilita a conclusão de que no comércio 87% ainda são geridas por seus proprietários e 13% por terceiros, como será demonstrado no gráfico 4. Neste item identificou-se que por serem geridas pelos seus proprietários e que a maioria deles não possui formação necessária na área contábil, com isso acarretando grande índice de erros nos lançamentos contábeis.

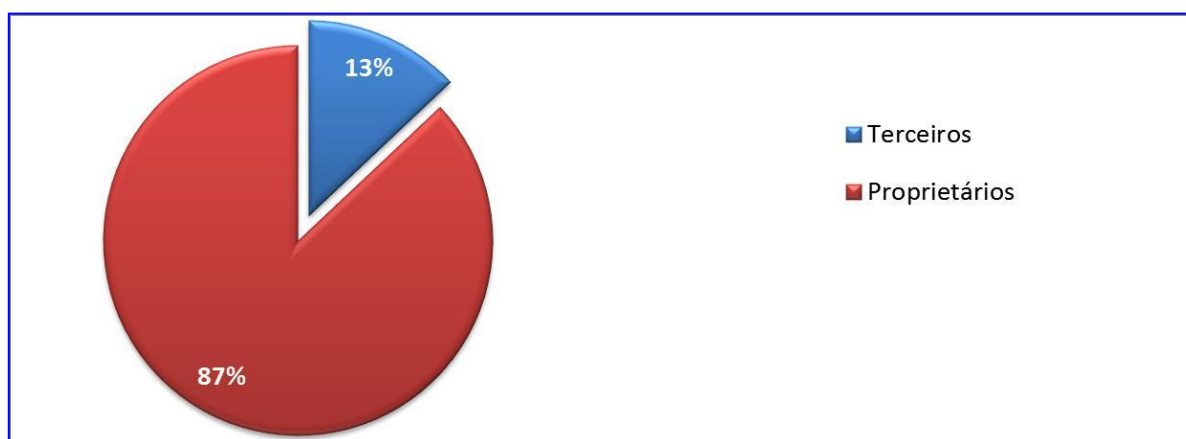
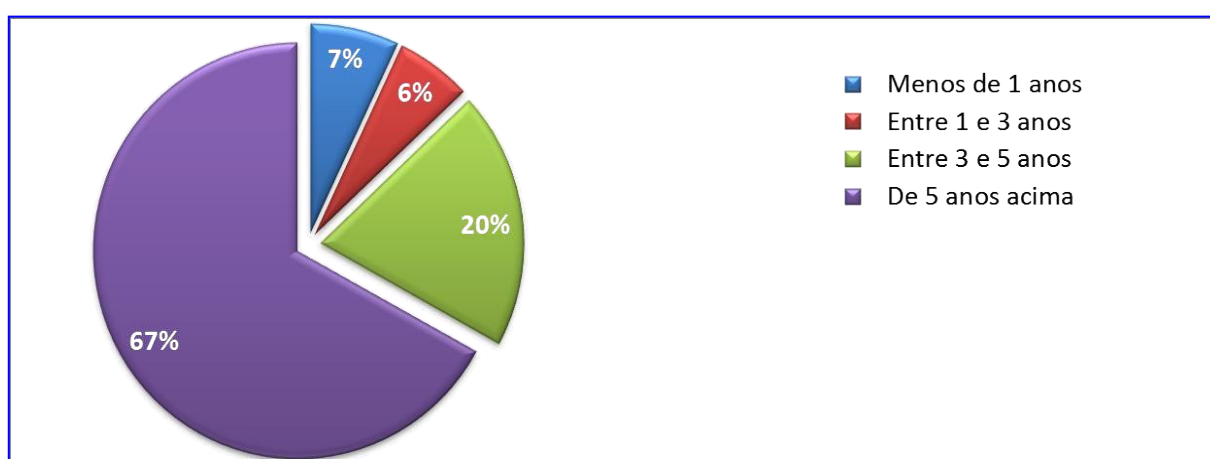


Gráfico 02- Responsável pela gestão da empresa  
Fonte: Elaborada pelo autor (2012).

#### 4.5.1.2 Tempo de atuação das empresas no mercado

Questionados aos empresários sobre o tempo de atuação da empresa no mercado, os entrevistados responderam que 67% já estão no ramo acima de 5 anos, outros 20% estão de 3 a 5 anos, cerca de 6% estão entre 1 a 3 anos e apenas 7% estão a menos de 1 ano, conforme expresso no gráfico 3. Este item que denota que na sua maioria, as empresas estão a mais de 5 anos no mercado, o que representa um bom sinal levando-se em conta as dificuldades e adversidades enfrentadas pelos empresários (SEBRAE, 2007).

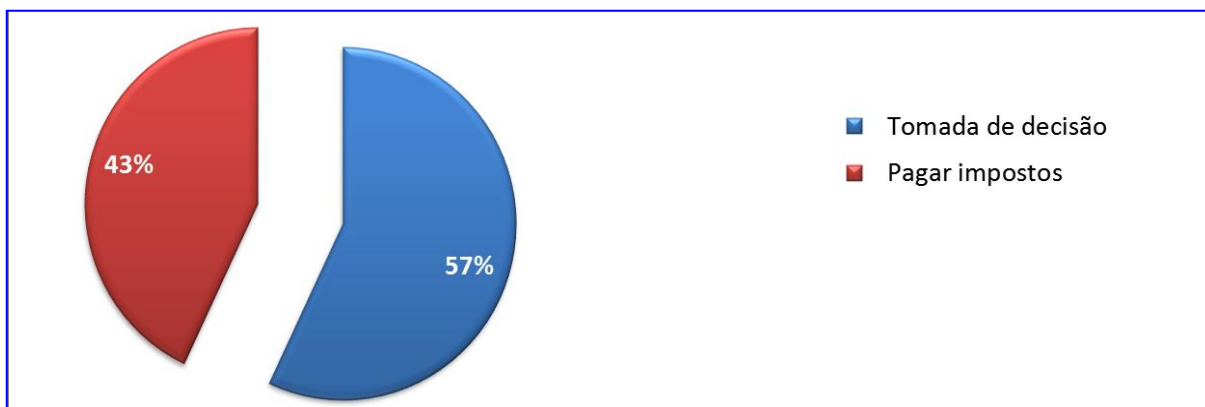


**Gráfico 3** - Tempo de atuação da Empresa no Mercado

Fonte: Elaborada pelo autor (2012).

#### 4.5.1.3 Conhecimento da Utilização da Contabilidade

O gráfico 4 representa a pergunta se o empresário sabe para que se utiliza os serviços de Contabilidade. O gráfico mostra que 57% dos entrevistados acreditam que se utiliza para tomada de decisões. Já outros 43% disseram que serve apenas para pagamento de impostos, o que denota uma distância de alguns entrevistados quanto à compreensão da contabilidade bem como dos seus benefícios. Neste item ficou claro para o pesquisador que grande parte dos empresários desconhece a verdadeira função da contabilidade, apesar da importância desta para gestão (PADOVEZE, 2007)

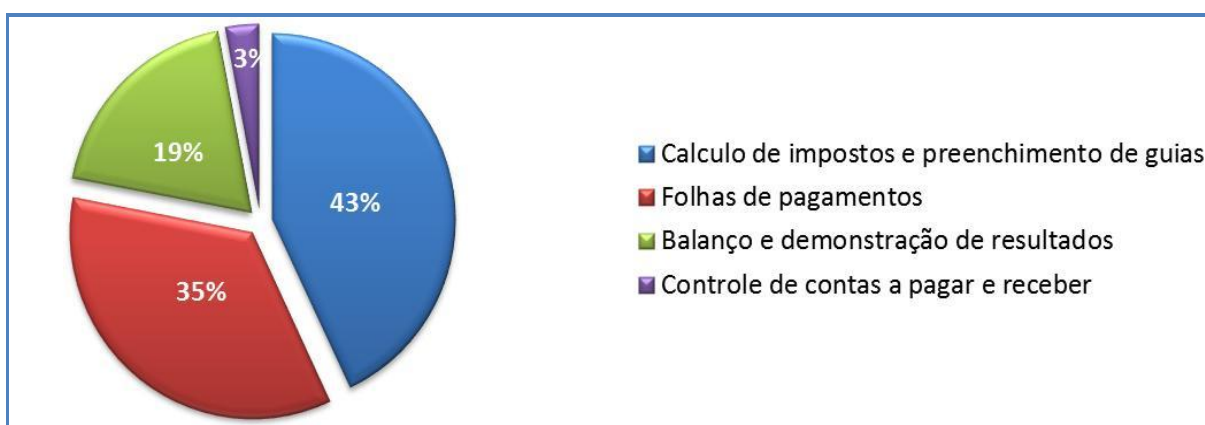


**Gráfico 4** – Conhecimento da Utilização da Contabilidade

Fonte: Elaborada pelo autor (2012).

#### 4.5.1.4 Serviços Oferecidos às Empresas

Foi indagado aos entrevistados sobre os serviços contábeis prestados à empresa, apontando alguns comuns aos pequenos negócios e deixando espaço para que se acrescentassem outros que não estivessem ali discriminados. Verificou-se, com a análise dos gráficos, que o cálculo e confecção de guias de impostos é o serviço que é prestado ao maior número de empresas, ou seja, 43%. A folha de pagamento também ocupa posição de destaque dentre os serviços realizados pelo profissional contábil.



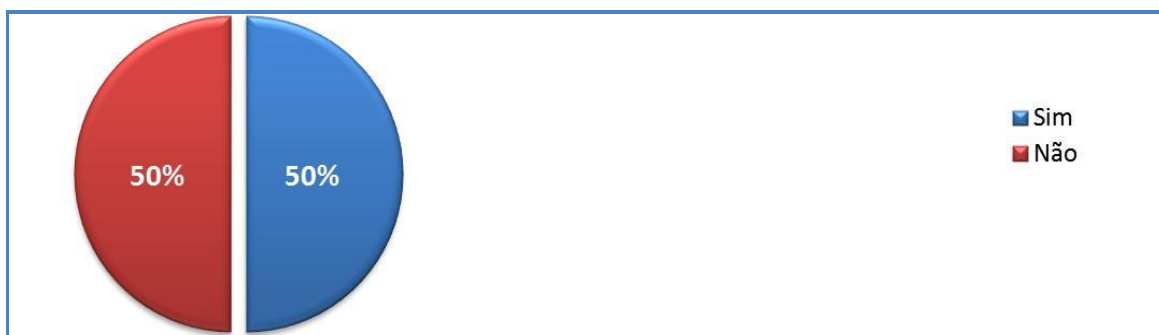
**Gráfico 5** – Serviços Oferecidos às Empresas.

Fonte: Elaborada pelo autor, 2012.

#### 4.5.1.5 Benefícios da Contabilidade Gerencial

De acordo com os empresários entrevistados 50% deles desconhecem os benefícios que a Contabilidade Gerencial pode trazer para sua empresa o que pode ser confirmado no gráfico 6. Com este item demonstrou-se que pelo

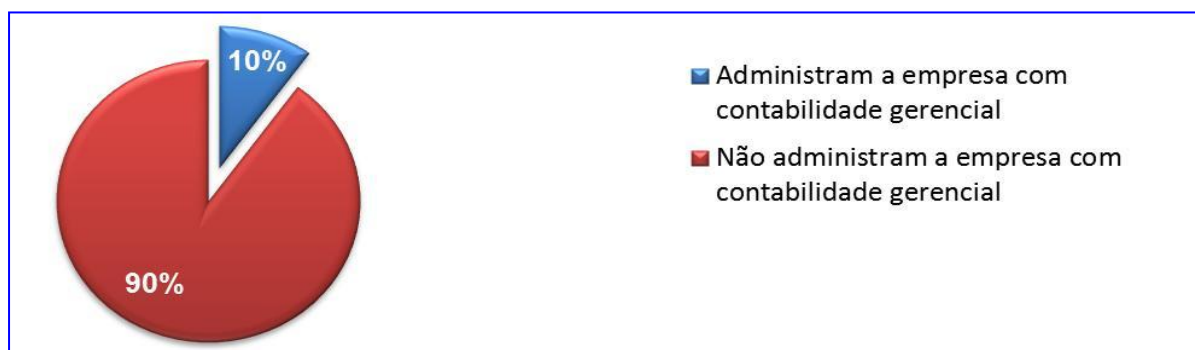
desconhecimento das utilidades da Contabilidade Gerencial os empresários deixam de receber alguns dos benefícios que a contabilidade gerencial pode trazer consigo.



**Gráfico 6** – Conhecimento acerca dos benefícios da Contabilidade Gerencial.  
**Fonte:** Elaborada pelo autor (2012).

#### 4.5.1.6 Administração da Empresa com a Contabilidade Gerencial

O gráfico 7 considera que 10% dos empresários entrevistados não concordam que a gestão da empresa pode ser efetuada através da Contabilidade Gerencial e a grande maioria, ou seja, 90% dos entrevistados consideram importante o uso das informações da Contabilidade Gerencial e conseqüentemente a utilizariam. Este item serviu para demonstrar que a grande maioria dos empresários entende que a empresa pode ser mais bem administrada através do uso da Contabilidade Gerencial (Oliveira, 2000).



**Gráfico 7** – Administração da Empresa com a Contabilidade Gerencial.  
**Fonte:** Elaborada pelo autor (2012).

#### 4.5.1.7 Frequência das Informações Gerenciais.

Podemos ver como um dado positivo, o fato de os empresários do setor pesquisado sentirem necessidade das informações contábeis para auxiliá-los na gestão de seus negócios como mostra o gráfico a seguir:



**Gráfico 8** – Frequência das Informações Gerenciais

Fonte: Elaborada pelo autor (2012).

Ao serem questionados sobre com que frequência gostariam de obter as informações gerenciais, abaixo, 70% dos entrevistados disseram que as informações devem ser fornecidas mensalmente. As mesmas são disponibilizadas frequentemente, denotando uma aproximação e acompanhamento maior dos profissionais contábeis para com os seus clientes. Já outros 23% disseram que essas informações precisam ser disponibilizadas trimestralmente, ou seja, nenhum dos entrevistados optou pelo uso da informação anualmente e 7% dos entrevistados disseram que não utilizariam as informações gerenciais em suas empresas. Já esta variável demonstra que os empresários sabem da importância do recebimento frequente das informações gerenciais e que gostariam de tê-las.

#### 4.5.1.8 Base para Tomada de Decisão

Como pode ser visto no Gráfico 9, a seguir, 43% dos empresários disseram que não sabiam explicar de onde partiam as tomadas de decisão. Confirmando uma das hipóteses desta pesquisa, 27% dos sujeitos disseram que se baseiam em seu próprio conhecimento e experiências para a tomada de decisões. Outros 17% optam por basearem-se no movimento do caixa para tomar suas decisões e por fim, apenas 13% baseiam-se no lucro da empresa. Esta variável demonstra que muitos empresários ainda não sabem como tomar decisões que possam elevar o lucro de suas empresas, pois a maioria deles não consegue explicar como se dá tomada de decisão, como discutimos no terceiro capítulo, mostrando que a contabilidade tem sua principal função voltada para o gerenciamento das empresas, “num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração” fornecendo “informações que se encaixem de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador”. (FERNANDES, KLANN E FIGUEREDO, 2008).

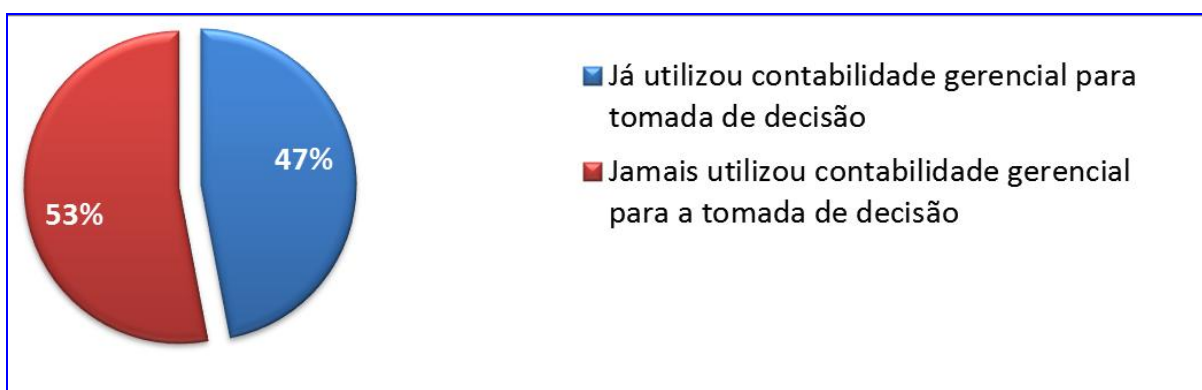


**Gráfico 9** – Base para Tomada de Decisão.

Fonte: Elaborada pelo autor, 2012.

#### 4.5.1.9 Contabilidade Gerencial e a Tomada de Decisão

Essa questão é uma das mais importantes para responder ao problema de pesquisa proposta no presente trabalho. Àqueles que recebem os relatórios gerenciais, foi perguntado se os utilizam. No gráfico 10 dos empresários foram questionados sobre a utilização da Contabilidade Gerencial como indicador de atividade que auxiliam na gestão de da empresa. 47% dos entrevistados disseram nunca ter utilizado dessas ferramentas 53% se dizem utilizar e conhecer os indicadores bem como os benefícios de sua utilização. Tal fato mostra que um pouco de 50% dos empresários já utilizam a nova ferramenta, enquanto que os demais ainda não sabem dos benefícios que a contabilidade gerencial pode lhes proporcionar na tomada de decisões importantes.



**Gráfico 10** – Contabilidade Gerencial e a Tomada de Decisão

Fonte: Elaborada pelo autor, 2012.

Todavia, como ilustra o Gráfico 10, acima, é lamentável concluir que mais da metade (53%) dos sujeitos que colaboraram com a pesquisa jamais utilizaram as informações da contabilidade gerencial para tomada de decisões. O que confirma uma das hipóteses da pesquisa a de que a maioria dos empresários das categorias

de micro e pequenas empresas, somente utilizam os serviços de contabilidade para fins fiscais e previdenciários, confirmando o que adverte Pires, Costa e Hahn (2004, p. 34), “existem casos em que os contadores se limitam a atender à legislação fiscal”.

## 5. CONCLUSÃO

O planejamento financeiro em seus diversos ângulos de estudo será mais bem elaborado se a empresa mantiver um sistema de contabilidade integrado, que venha a possibilitar a qualquer tempo a extração de dados contábeis as informações de grande utilidade, que servirão de base de uma administração segura e bem sucedida.

Com o mercado em constante mudança e com a intensa concorrência, o empresário não pode mais tomar suas decisões baseadas na experiência que julga ter. É preciso se adequar as novas tecnologias, as novas transformações impostas pela sociedade a fim de acompanhar as necessidades colocadas a cada dia. É nesse contexto que se insere o presente trabalho.

O presente trabalho buscou abordar a Contabilidade Gerencial e sua aplicação nas micro e pequenas empresas, verificando a importância das informações geradas para a tomada de decisão.

Tomando como base a pesquisa bibliográfica observa-se que a contabilidade gerencial pode auxiliar na gestão das micro e pequenas empresas, possibilitando utilizar informação e obter uma visão mais clara da empresa e se tornar mais competitivo.

Foi aplicado um questionário com objetivo de identificar o conhecimento dos micro e pequenos empresários acerca da contabilidade gerencial, seus benefícios e sua importância para a gestão do setor comercial varejista na cidade de Itiúba, Via foco da pesquisa entre as empresas entrevistadas verificou-se que a maioria dos empresários não possui o conhecimento sobre as ferramentas e o benefício que a contabilidade gerencial pode oferecer, pode-se chegar a tal conclusão devido à divergência entre as repostas obtidas através do questionário.

Os micro e pequenos empresários devem cobrar do profissional que lhe assessora financeiramente maior participação no que tange ao apoio na

administração de seus negócios. O profissional contabilista, por sua vez deve livrar-se da figura de mero cumpridor das obrigações fiscais e da percepção que é um mal necessário às organizações empresariais. Pelo contrário, ele deve ser um agente de mudança, assessorando nas decisões tomadas, extraindo informações necessárias para a gestão, dando suporte a administração mais objetiva.

Portanto, apesar dos entrevistados apresentarem falta de conhecimento sobre a contabilidade gerencial, foi observado que eles acreditam na importante contribuição desta para administração da sua empresa e afirmam que tem interesse em implantá-la.

Portanto, embora sem intensão de fechar questão sobre o assunto, mas reconhecendo a necessidade de continuar discutindo e pensando possibilidades de identificar e compreender os caminhos para estabelecer uma melhor relação entre os recursos disponibilizados pela contabilidade as organizações de pequeno porte, visto serem estas as mais necessitadas de assessoramento contábil por serem, geralmente geridas pelos proprietários que, além de não possuírem os necessários conhecimentos técnicos de gerenciamento, são em sua maioria extremamente ocupados com as atividades práticas do negócio e com as implicações burocráticas, não restando muito tempo para se capacitarem ou mesmo se preocuparem com o planejamento e controle.

## REFERÊNCIAS

ALVIM, Paulo Cesar Rezende de Carvalho. **Micro e pequenas empresas – oportunidade de parceria com as instituições de ensino superior**. Educação Brasileira – Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Disponível em: [http://www.crub.org.br/admin/publicacoes/revista\\_ed\\_bras\\_56\\_57.pdf](http://www.crub.org.br/admin/publicacoes/revista_ed_bras_56_57.pdf). Acesso em 13 dez 2012.

ATKINSON, Anthony A., BANKER, Rajiv D., KAPLAN, Robert S., YOUNG, S. Mark **Contabilidade Gerencial** / tradução André Olímpio Mosselman du Chenoy Castro; revisão técnica Rubens Fama. São Paulo: Atlas, 2000.

BATEMAN, Thomas S. e SNELL, Scott A. **Administração: construindo vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – Ministério da Educação. Brasília. 1989

BRASIL. **Estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte**. Ministério do Planejamento, Brasília 1999. Disponível em: <http://www.empresas.ufpr.br/estatuto.pdf>

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte**. Disponível em: <http://www.telecentros.desenvolvimento.gov.br/arquivos/capacitacao-empresarial/LeiGeral.pdf>, Acessado em 25 Fev 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988). obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais** – 6. ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

BEUREN, IISE Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CARDOSO, Ricardo Lopes; MÁRIO, Poueri do Carmo; AQUINO, André Carlos B. **Contabilidade gerencial: mensuração, monitoramento e incentivos**. São Paulo: Atlas, 2007.

CHÉR, Rogério. **A gerencia das pequenas e médias empresas: o que saber para administrá-las**, 2ed. rev. e ampl. São Paulo: Maltese, 1991.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5ª. Ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Prática tributária da micro, pequena e média empresa**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Industrial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FRANCO, Hilário. **A contabilidade na era da globalização**. São Paulo: COSAICNAFI, 2004.

FERNANDES, Francisco Carlos, KLANN, Roberto Carlos e FIGUEREDO, Marcelo Salmeron. **A Utilização da Informação Contábil para a Tomada de Decisões: Uma Pesquisa com Gestores Alunos**. 2008. Disponível em: <http://www.congressoanpcont.com.br/docs/375.pdf>. Acesso em: 21 fev.2012

FERREIRA, Anete C. Costa. **Historicidade da Ciência Contábil**. In: Revista Brasileira de Contabilidade. CFC: Brasília, 1985.

FURTADO, C.. **Formação Econômica do Brasil**. 25ª. ed. São Paulo: Nacional, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Fausto Rafael Gmach. **Formação de estratégias organizacionais em pequenas empresas: um estudo regional**. 2004. 98f. Dissertação de Mestrado – Universidade de Taubaté, 2004. Disponível em: [http://www.ppga.com.br/mestrado/2004/gomes-fausto\\_rafael\\_gmach.pdf](http://www.ppga.com.br/mestrado/2004/gomes-fausto_rafael_gmach.pdf). Acesso em: 12 fev 2012.

INDRIUNAS, Luis. **How Stuff Works: Como funcionam as micro e pequenas empresas no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://empresasefinacas.hsw.com.br/micro-e-pequenas-emprezas-no-brasil.htm>. Acesso em 23 de Fev de 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1997

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 286p. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas. 2002.

KASSAI, Silvia. **As empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade**. Cadernos de Estudo, São Paulo, FIEPECAFI, v9, nº.15,p.69-74, Jan/Jun 1997. Disponível em: [http://www.humbertorosa.com.br/Banco\\_de\\_Artigos/Contabilidade\\_Gerencial/Micros%20Pequenas\\_e\\_Medias\\_Empresas/Silvia\\_Kassai\\_As\\_Empresas\\_De\\_Pequeno\\_Porte.pdf](http://www.humbertorosa.com.br/Banco_de_Artigos/Contabilidade_Gerencial/Micros%20Pequenas_e_Medias_Empresas/Silvia_Kassai_As_Empresas_De_Pequeno_Porte.pdf). Acesso em: 03 Jan 2012.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica/ Mariana Andrade, Marconi, Eva Maria Lakatos**. 6. ed. 3.reimpr. – São Paulo: Atlas 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LOPES Alexandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 7ª.ed., São Paulo: Atlas, 1998.

MERLO, Roberto. A. **O contabilista do século XXI**. Jornal do CFC. Brasília-DF, Ano 9, n. 81, março/abril de 2006. Disponível em: < <http://www.cfc.org.br/uparq/Jornal81.pdf>> Acesso em 27 Fev. 2012.

MOREIRA, Heber Lavor. **Os Grandes Modelos Contabilísticos e as fronteiras da Contabilidade com a Economia, Finanças e Sociologia**. 2002. Disponível em [www.peritocontador.com.br](http://www.peritocontador.com.br). Acesso em: 21 fev 2012.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio. **Contabilidade e Seu Ambiente no Brasil**. BBR Brazilian Business Review, Vol. 2, N o. 1, Vitória-ES, Brasil – Jan / Jun 2005, pp. 13-32

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de, MULLER, Aderbal Nicolas e NAKAMURA, Wilson Toshiro. **A Utilização das Informações Geradas pelo Sistema de Informação Contábil Como Subsídio aos Processos Administrativos nas Pequenas Empresas**. Revista Fae, Curitiba. 3,3,p. 1-12, set./dez. 2000.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho R. **Planejamento Estratégico**. 25ª. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial. Um enfoque em sistema de informação contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistemas de informação Contábil**; 7ª. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistemas de informação Contábil**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Administração Financeira**. São Paulo, Editora Pioneira Thomson Learning, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sistemas de Informações Contábeis**. 5a. ed. São Paulo: Atlas. 2007. 331p.

PAIVA, Jose Wagner Moraes de. **Entrevista a Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, ano 2, n. 5 – Junho de 2004 – Edição Vestibular. Disponível [On-Line]

PIRES, Mirian Albert; COSTA, Fábio Moraes da. HAHN, Aucilene Vasconcelos. **Atendimento das necessidades de informação para a tomada de decisão em pequenas e médias empresas: análise crítica das informações geradas pela contabilidade frente aos seus objetivos – pesquisa exploratória no setor de confecções da Glória-ES**. In: Congresso USP De Controladoria E Contabilidade, 4, 2004. São Paulo. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos/42004/416.pdf>. Acesso em: 22 fev 2012.

RAZA, Cláudio. **Capacitação: o desafio das micro e pequenas empresas**. São Paulo: All Print, 2006.

RESNIK, Paul. **A Bíblia da pequena e média empresa**. São Paulo: Makron Books, 1991.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da Contabilidade Geral**. Belo Horizonte: Una Editora. 2000.

SAES, Flávio Azevedo Marques; CYTRYNOWICZ, Roney. **O ensino comercial na origem dos cursos Superiores de economia, contabilidade e administração**. Revista Álvares Penteado, São Paulo, v. 3, n. 6, junho/2001.

SEBRAE. In Estudos e Pesquisas. **Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa dos fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003-2005**. Brasília, 2007.

SCHMIDT, Paulo. **História do Pensamento Contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SELL, Graciele Kieser. **Uma Sistemática para inserir a Contabilidade Gerencial no processo Decisório nas Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo de Caso**. 2004. 109 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2004. Disponível em: <http://www.humbertorosa.com.br/Banco de Artigos/Contabilidade Gerencial Micros Pequenas e Medias Empresas/Graciele Sell Uma Sistematica Para Inserir.pdf>. Acesso em: 22fev 2012.

SILVA, Hélio da; CARLI, Diderot; PEREIRA, Antônio Moacyr. **Evolução histórica**. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 75, p. 30-33, jun. 1991.

SOIFER, Jack. **A grande pequena empresa**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

STRASSBURG, Udo, et al. **A Importância do Sistema de Informação Contábil como Fonte de Informações para Tomada de Decisões**. 2007. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/> Artigos. Acesso em 21 fev .2012.

TEIXEIRA, Aridélmo José Campanharo et al. **A Utilização de ferramentas de contabilidade gerencial nas empresas do estado do espírito santo**. In: International Association For Accounting Education And Research (Iaaer) - Associação Nacional De Pós-Graduação Em Ciências Contábeis (Anpcont), 3.,

2009, São Paulo (SP). Anais... São Paulo: ANPCONT, 2009. Disponível em: [www.fucape.br](http://www.fucape.br). Acesso em 21 fev .2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira.  
**Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2006.

ZANLUCA, Júlio César. **O que é contabilidade ambiental?** Portal de Contabilidade. Disponível em: < <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>> Acesso em 27 fev. 2012.

**ANEXOS**



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA UNEB CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

### FORMULÁRIO DE PESQUISA EMPRESAS

PESQUISA PARA ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIA COM O TEMA:  
A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NA GESTÃO DAS  
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE ITIÚBA

As informações serão utilizadas estritamente para elaboração da monografia e seu conteúdo terá tratamento absoluto confidencial.

- 1) Qual o setor de atuação da empresa?  
 Comércio     Serviço
  
- 2) O gerente da empresa (aquele que administra) a empresa é o proprietário da empresa?  
 Sim     Não
  
- 3) Há quanto tempo a empresa atua no mercado?  
 até um ano  
 de 1 a 2 anos  
 de 2 a 3 anos  
 de 3 a 5 anos  
 acima de cinco anos
  
- 4) Pelo seu conhecimento, para que serve a contabilidade?  
 Para pagar impostos  
 Para tomada de decisão com base em suas informações
- 5) Quais os serviços abaixo relacionados são oferecidos pelo profissional de contabilidade que presta serviço à sua empresa?  
 Folha de Pagamento  
 Balanço e Demonstração de Resultado  
 Cálculo e Impostos e Preenchimento de Guias  
 Controle de contas a pagar/receber  
 Fluxo de Caixa / Orçamentos  
 Outros – Relacionar \_\_\_\_\_
- 6) Dentre os relatórios abaixo mencionados quais são oferecidos pelo profissional de contabilidade que presta serviço à vossa empresa?  
 Análise de Balanços  
 Análise de Margem de Contribuição  
 Ponto e Equilíbrio  
 Formação de Preço e Venda  
 Outros – Relacionar \_\_\_\_\_
- 7) Caso receba alguns dos relatórios citados na questão 6, as informações

neles contidas são utilizadas para o gerenciamento da empresa?

sim para:

7.1  decisões gerenciais ( planejamento e controle)

7.2  decisões especiais (projetos)

7.3  prestação de contas à sócios, credores, investidores.

7.4  Outros – relacionar:

---

8) Você conhece a contabilidade gerencial?

Sim

Não

9) Conhece quais os benefícios que a contabilidade gerencial pode trazer para a sua empresa?

Sim

Não

10) Conhecendo tais benefícios, implantaria na sua empresa?

Sim

Não

11) Gostaria de ter os dados gerenciais com frequência?

Sim       Mensal       Trimestral       Anual

Não

12) Você utiliza o balanço patrimonial e a demonstração de resultado da sua empresa?

Sim

Não

13) Com base em que você toma decisões gerenciais em sua empresa?

---

14) A contabilidade gerencial já foi oferecida para sua empresa, pelo contador?

Sim

Não

15) Já utilizou a contabilidade como instrumento para tomar alguma decisão importante para a sua empresa?

Sim

Não

16) Caso sua empresa não receba nenhum tipo de informação contábil relevante para auxílio à tomada de decisão, estaria disposto a arcar com um acréscimo no valor dos serviços para recebê-los?

Sim

Não